

A AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Jorge Cernev *

Resumo

A avaliação pode constituir-se num tema bastante explorado pela literatura, mas nunca será demais voltar à sua discussão. Por existirem diferentes termos, usados indevidamente como sinônimos, necessário se faz buscar antes de tudo a clareza conceitual. Medir, julgar, testar, avaliar, nem sempre se equivalem. A avaliação tem sentido quando se fundamenta sobre os objetivos do ensino-aprendizagem e recebe um caráter de continuidade.

Abstract

The evaluation can constitutes itself in a very explored theme by the literature, but it will never be too much to go back to its discussion. There are different terms, used improperly as synonyms, it's necessary to search before all the conceptional clarity. Measuring, judging, testing, evaluating, not always is equivalent. The evaluation has sense when it establishes on the objectives of the teaching-learning and receives a character of continuity.

Introdução

Ao iniciarmos a abordagem do tema

avaliação, podemos adiantar que dificilmente alguém poderá discorrer sobre ele com a pretensão de originalidade. Isso porque se torna muito difícil, praticamente impossível para alguém que não seja especialista da área, a formulação de novos conceitos e criação de novos métodos de avaliação. Para tal empreitada seria necessária, isto sim, a criação de uma nova pedagogia.

Diante disso, a proposta deste artigo é dar uma contribuição sobre alguns aspectos relativos ao tema, especialmente no que se refere a alguns comportamentos observados através de anos e anos no setor educacional, tanto no chamado ensino médio, como, e principalmente, no ensino superior. Se nos detivermos para observar, com relativa atenção, verificaremos que praticamente todos os temas propostos em programas dos cursos, todos os planejamentos elaborados nas diversas disciplinas, bem como os planos de aula e de cursos, trazem deliberada e ostensivamente o tema avaliação como uma das medidas indispensáveis ao processo ensino aprendizagem.

1. O que é avaliação?

Medir, testar, julgar, avaliar. São termos distintos, mas que, muitas vezes, são tomados

* Doutorando em Pensamento Luso-Brasileiro. Docente da UEL

inadvertidamente como sendo a mesma coisa. Ou então, são empregados para alcançar um mesmo fim.

Creemos que não há necessidade, nem cabe aqui a tarefa de defini-los. Mas isso não invalida que se emitam certos conceitos e que se apresentem algumas limitações. Assim, medir significa determinar a extensão ou dimensões, ou a capacidade de alguma coisa ou objeto, sua permanência ou duração. Geralmente o resultado de uma medida é expresso por números. Desde o advento do empirismo, especialmente com o positivismo, cada vez mais se dá valor à quantificação. Em outras palavras, pode-se dizer que o que vale são os números.

Tudo o que se faz, de manhã à noite, está, de certa forma, submetido à medida: tem-se hora para levantar, sair de casa, começar e terminar o trabalho. Compram-se as utilidades de que se precisa por medidas, dimensões, tamanhos, pesos, preços. Assinala-se a passagem do tempo através de horas, dias, anos; quanto às distâncias, elas são referidas em metros, quilômetros e até em anos luz.

A medida também afetou o campo educacional. Por exemplo, quando se contam os itens de uma prova e, face aos acertos ou erros cometidos e se estabelece um número de pontos, está-se efetuando aí uma medição quantitativa. Conclui-se, portanto, que a medida é um dos meios de que se vale a avaliação para conseguir seus propósitos valorativos.

Quanto a testar, equivale em verificar alguma coisa através de uma situação planejada. O teste é um meio ou parte de um conjunto de meios de que se utiliza para poder determinar a qualidade daquilo que se deseja observar. Através de um teste, procura-se medir o rendimento de uma capacidade, mas não da capacidade em si. Os testes se constituem, assim, em instrumentos de medida. Não devem ser um fim em si mesmos, devendo servir, tão somente, para medir ou investigar aspectos das coisas existentes.

Quanto a julgar, trata-se geralmente de decidir sobre a legalidade, legitimidade ou certeza de alguma coisa. Embora ele tenha o seu lugar e a sua utilidade em inúmeras circunstâncias, ele jamais deverá ser

utilizado na esfera educacional em termos de comparação de um aluno em relação a seus colegas. A aprendizagem não pode e não deve ser medida em termos comparativos, quando os indivíduos são totalmente desiguais entre si. Em outras palavras, não se pode quantificar e comparar conceitos, gostos, sentimentos, enfim, características subjetivas que estão a influir no comportamento e na capacidade de rendimento dos alunos. Seria o mesmo que dizer: “Hoje eu estou 87,5% alegre”; ou “Manoel conseguiu calcular mentalmente um terço da influência da crise do petróleo sobre a vitória dos conservadores nas eleições para o Parlamento Britânico”. Muito sonoro, sem dúvida, mas de nenhuma utilidade. Afinal, os latinos já diziam que *de gustibus et coloribus non est disputandum* (gostos e cores não se discutem).

O que seria então avaliar? Na impossibilidade de uma definição, vamos recorrer inicialmente a um conceito emitido por uma professora, para quem a *avaliação é um processo contínuo de investigação que visa estudar e interpretar os conhecimentos, atitudes e habilidades dos alunos, tendo em vista mudanças esperadas no comportamento, propostas nos objetivos da escola, a fim de que haja condições de decidir sobre alternativas no planejamento do trabalho do professor e da escola como um todo.* (ECHENIQUE, s.d.: 1)

Vemos, pois, que avaliar não é apenas um momento ou um instante. É algo muito mais amplo, todo um processo, devidamente interligado com outras atitudes e comportamentos dentro do universo do ensino aprendizagem.

2. Por que avaliar?

O professor só poderá avaliar a aprendizagem, se tiver um pensamento claro daquilo que pretende atingir. Ou seja, dos seus objetivos, que são proposições sobre o comportamento esperado dos alunos. Quanto mais claramente forem propostos, melhores guias se tornarão para a ação do professor e para o seu procedimento de avaliação.

Um aspecto fundamental da avaliação é a coleta de dados para o replanejamento do trabalho. A avaliação consiste num diagnóstico do desenvolvimento do aluno. Uma vez que a situação esteja caracterizada, e que o professor saiba exatamente como estão seus alunos, quais foram os progressos demonstrados, terá elementos para planejar o prosseguimento do seu trabalho ou terá a indicação de que deverá retomá-lo, replanejando-o segundo a necessidade, baseado em dados reais.

Dos propósitos da avaliação se originam as suas principais funções. Estas podem ser resumidas no seguinte:

- a) Verificar se os objetivos propostos foram alcançados ou não, e em que proporção;
- b) Identificar as causas que podem ter concorrido para que os objetivos não tenham sido alcançados;
- c) Orientar a tomada de medidas em relação à não concretização dos objetivos propostos.

Vê-se, pois, que o professor, ao planejar o ensino, fixa os objetivos que pretende alcançar, isto é, os comportamentos que os alunos devem adquirir ou formar durante o processo de aprendizagem. As provas ou testes de escolaridade terão por finalidade medir esses comportamentos. Em outras palavras, devem evidenciar se os objetivos foram alcançados. É evidente, pois, que testes e provas de escolaridade deverão medir exatamente os mesmos objetivos fixados para o ensino. O professor deve ter, portanto, visão clara e precisa dos objetivos que quer alcançar, não só para que oriente a aprendizagem com segurança, como também para que possa elaborar instrumentos de medida que realmente meçam aquilo que estabeleceu como meta e perseguiu durante a direção da aprendizagem dos alunos.

3. Quando avaliar?

Quando, preferivelmente, os alunos devem ser avaliados? Quantas devem ser as avaliações e quando devem ser aplicadas?

O professor deve estar sempre investigando as melhores situações de avaliação, as mais eficientes formas de coleta de dados, sua compreensão e utilização, para dar um cunho experimental e científico ao seu trabalho. Dessa forma, a avaliação se torna um processo sistemático pelo qual se recolhem os dados sobre os resultados da aprendizagem alcançados pelos alunos, e se os julga para determinar em que medida se progride, ou qual o ritmo que se deve imprimir até ao alcance dos objetivos.

Como se percebe, estamos falando em termos ideais. Todavia, a realidade que se enfrenta nas escolas nos faz perceber, em muitos casos, o desvirtuamento total dos mais elementares princípios de um razoável desempenho no processo de ensino, e nas formas de verificação da aprendizagem. Culpa de quem? Dos professores? Das autoridades educacionais? Do sistema de ensino? Do aluno? É difícil avaliar a culpa, ou responsabilidade de cada um desses segmentos. Aliás, não é nosso propósito identificar culpados, nem pretendemos nos ocupar com essa questão. O que nos chama a atenção, no caso, são os calendários escolares, geralmente tomados como bode expiatório, e que determinam os dias, as épocas das provas e exames, sem a mínima sincronia com o desenvolvimento dos conteúdos que estão sendo ministrados. Em algumas escolas, as provas (ou provões) são marcadas pelo setor administrativo, muitas vezes concentrando todas as disciplinas numa única semana. Sofre o professor, que não pôde levar a termo o seu programa (que é obrigado a cumprir), e sofrem os alunos, que se vêem massacrados face ao volume de matérias e à exigüidade do tempo.

Como superar o problema? Muito simples. Elementar, mesmo. Basta compreender e aceitar que a avaliação deve realizar-se de forma contínua, não ao final, mas durante o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

4. O que avaliar?

Em um curso, o aluno será avaliado apenas

quanto aos conteúdos das disciplinas, ou serão consideradas as atitudes demonstradas nos trabalhos em grupo, no laboratório, nas aulas práticas, nas atividades extra-classe?

É evidente que a avaliação deverá abranger não só o rendimento intelectual, mas também outros aspectos, como as mudanças efetuadas no comportamento global do aluno e a forma como ele utiliza essas aprendizagens na vida.

O que pedimos quando aplicamos uma prova? Como devem ser elaboradas as questões? Quais são os objetivos que orientam a organização de uma prova?

Cabe ao professor ter sempre em mente que ele deve medir o desempenho do aluno de acordo com aquilo que lhe foi fornecido - e que deverá ter sido devidamente planejado segundo seu nível - adequadamente dosado e claramente ministrado.

Vê-se, pois, que a medida do desempenho do estudante é fundamental para um ensino eficiente. A medida que se pretende estabelecer é a medida do domínio, pelo estudante, dos objetivos preestabelecidos. A primeira preocupação deve ser o que medir. E os instrumentos de medida devem ser selecionados de acordo com os objetivos que se pretende medir. Sendo o instrumento de medida bem selecionado, é indispensável que seja também criteriosamente usado e bem aplicado, para ser eficiente. Como não é possível uma mensuração satisfatória em todos os objetivos, os pontos obtidos na medida de aprendizagem constituem apenas uma variável a ser considerada no julgamento qualitativo do desempenho do estudante.

A avaliação, assim aplicada, deve estabelecer propósitos claramente evidenciados, entre os quais se pode mencionar os seguintes:

- a) Determinar as variações, no nível de conhecimentos, ocorridas durante o desenvolvimento de determinado curso;
- b) Identificar as dificuldades individuais e coletivas dos estudantes, como ponto de referência para a organização de uma nova aprendizagem;
- c) recolher informações com fins admi-

nistrativos, tais como: selecionar estudantes para determinadas classes, estabelecer créditos, expedir diplomas e avaliar certas partes da aprendizagem.

Basicamente, quer se considere a avaliação como etapa no processo de aprendizagem, ou como instrumento de seleção, sua finalidade é sempre a de verificar se determinados comportamentos existem no aluno e em que grau existem (em qualidade e quantidade).

Os objetivos do ensino e, conseqüentemente, os objetivos que serão medidos, devem representar comportamentos em três áreas básicas: a área motora (ou psicomotora), a área afetiva e a área cognitiva.

As três áreas de aprendizagem e as diferentes categorias de comportamento de cada área dão ao professor as coordenadas para a fixação dos objetivos de sua ação docente. Ao construir um instrumento de medida dos objetivos fixados, o professor selecionará as questões que meçam esses objetivos com precisão e eficiência. Para cada categoria de objetivos haverá tipos mais adequados de medida. A natureza e organização de um instrumento de medida depende exclusivamente dos objetivos que o instrumento deve medir.

5. Como avaliar?

Partimos aqui, também, de algumas indagações. Que instrumento deve ser utilizado pelo professor para avaliar os comportamentos desejados? Que caráter devem tomar as pequenas avaliações durante a aprendizagem? Os instrumentos a serem utilizados são os mais adequados ao tipo de avaliação que se pretende?

Como os objetivos variam, é evidente que variarão também as formas de medi-los. Na verdade, o importante é o estabelecimento de um tipo de instrumento claro e adequado para a mensuração do objetivo em questão.

A forma de medida depende exclusivamente daquilo que se pretende medir. O critério para determinar se um instrumento de medida é bom ou

ruim, é a sua adequação aos objetivos que pretende medir.

A medida do rendimento do aluno na aprendizagem escolar, aplicada de forma sistemática, tem sido chamada de medida de escolaridade. Tem ela várias funções, sendo as principais: a de acompanhar o processo de aprendizagem, diagnosticando-o e controlando-o, e a função de selecionar e classificar estudantes para a aprendizagem.

Que lugar ocupa, no processo de aprendizagem, a medida de escolaridade? Professores há que encaram a aplicação de provas e testes como mera rotina ou como mera formalidade de satisfação às exigências administrativas, ou ainda, como meio de castigar o aluno. Daí, provas e testes elaborados às pressas e sem nenhum planejamento. Quantas vezes as questões são formuladas já dentro da sala de aula, diante dos alunos? Perguntas que, muitas vezes, pretendem medir muito mais o que o aluno não sabe, numa absurda distorção do conceito de medir a aprendizagem.

As provas e testes são, pois, fundamentalmente, procedimento didático de acompanhamento da aprendizagem, de diagnóstico e controle. Servem para determinar, de um lado, em que grau foram atingidos os objetivos fixados; de outro, a eficiência do ensino e das atividades planejadas e promovidas pelo professor. Em outras palavras, as provas e testes são um instrumento de medida não só da aprendizagem dos alunos, mas também - e talvez sobretudo - da eficiência do próprio professor.

Quanto ao instrumento de medida, sua construção requer a observância de umas tantas exigências, sem as quais não poderemos ter segurança quanto aos seus resultados.

Especialistas no assunto apontam como principais características dos instrumentos de medida a fidelidade, a validade, a objetividade, a facilidade de administração e a facilidade de correção.

A *fidelidade* de uma medida está baseada na confiança que ela nos inspira. As condições do próprio

teste são as causas mais freqüentes de sua incoerência e que podem ser atribuídas, principalmente, à qualidade das questões e à extensão da prova.

Validade - Um teste é válido na proporção em que mede o que se "pretende medir" em cada situação particular. Uma das tarefas mais complexas para o construtor das provas é selecionar o tipo de questão que melhor se adapte para medir aquele tipo de objetivo previsto. Só a prática sistemática permitirá que ele adquira suficiente experiência e capacidade para selecionar tipos de provas que produzam resultados realmente válidos.

Objetividade - Um teste é objetivo quando elimina, tanto quanto possível, a subjetividade ou impressões pessoais de quem a ele se submete e de quem julga. Sem objetividade não se pode pensar em fidelidade. Que confiança poderia inspirar a nota de um professor afetada pelo seu juízo particular sobre o aluno? No entanto, a objetividade é questão de grau. Pode-se dizer que nenhum teste é completamente objetivo, ou totalmente subjetivo.

Facilidade de administração - Um bom teste deve ser fácil de aplicar. Deve ser bastante claro para evitar possíveis erros de compreensão, para que os resultados não sejam prejudicados. Conseqüentemente, as instruções devem ser preparadas com cuidado, prevendo-se, tanto quanto possível, as dificuldades que o aluno vai encontrar para compreender como deve responder o teste.

Facilidade de correção - O sistema de correção de um teste está intimamente ligado à sua objetividade e administração. Uma prova objetiva e fácil de administrar conduz à elaboração de critérios simples para a correção das questões.

6. Modalidades de avaliação

Vamos destacar neste capítulo as modalidades de avaliação, sem nos preocuparmos com os tipos ou técnicas dos instrumentos de avaliação. Em outras palavras, não pretendemos nos estender sobre os tipos de provas, se devem ser objetivas ou subjetivas;

trabalhos individuais ou em grupos. Entendemos que todas essas técnicas têm o seu valor e o momento propício para a sua aplicação. Ao formular os seus objetivos, o professor já deve incluir a técnica de avaliação para que seu trabalho se constitua num todo, perfeitamente integrado.

Quanto ao aspecto da fundamentação, BLOOM, HASTING e MADAUS (1971) realizaram estudos no sentido de indicar as modalidades ou formas de avaliação. Através desses estudos as modalidades de avaliação foram tipificadas como: diagnóstica, formativa e somática.

Avaliação *diagnóstica* é aquela que se faz antes de iniciar o processo de ensino aprendizagem, com a finalidade de diagnosticar (para conhecer de antemão) em que situação se encontra o aluno.

Uma forma de diagnosticar é determinar o grau em que o aluno domina os objetivos previstos para iniciar uma unidade, disciplina ou curso. Outra forma é verificar se existem alunos que já possuem conhecimento e as habilidades previstas, a fim de orientá-los para outras atividades ou novas aprendizagens. Outra forma, ainda, de diagnosticar é identificar e constatar interesses, possibilidades, necessidades, etc., para individualizar o ensino, numa mesma classe. Podemos também diagnosticar para constatar insuficiências e problemas específicos da aprendizagem.

A avaliação formativa (...) *busca basicamente, indicar insuficiências em aprendizagens iniciais, necessárias à realização de outras aprendizagens. Providência elementar para, de maneira direta, orientar a organização do ensino-aprendizagem em etapas posteriores de aprendizagem corretiva ou terapêutica. Neste sentido, deve ocorrer, freqüentemente, durante o ensino.* (TURRA, 1975: 26).

Essa modalidade de avaliação é parte integrante do processo ensino aprendizagem e, quando realizada, assegura que a maioria dos alunos alcance o objetivo desejado. *É formativa no sentido de que indica como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos desejados.* (idem: 32)

Professores e alunos, utilizando-se da avaliação formativa, podem assegurar o alcance de seus objetivos, desde que determinem com clareza onde desejam chegar e o modo de fazê-lo.

A avaliação *somativa* é também chamada de classificatória ou tradicional. É um processo de descrição e julgamento para classificar os alunos ao final de uma unidade, semestre ou curso, segundo níveis de aproveitamento expressos em graus (notas) ou conceitos. *Dirige-se, pois, para uma verificação geral do grau em que os resultados mais amplos foram obtidos. Requer a definição de objetivos e procedimentos a serem implementados, como provas objetivas, provas de dissertação, etc.* (...) (Ibidem: 43)

Conclusão

Muito já se tem dito sobre avaliação. Quantos debates, quantos congressos, quantos compêndios já trataram do assunto? Muitos, evidentemente. Assim como são muitas as escolas pedagógicas que se formaram. De nossa parte - que não temos a pretensão de produzir nenhum compêndio, é bom que se diga - podemos concluir este trabalho repetindo alguns conceitos, já externados, e que se nos apresentam como verdades incontestáveis:

a) A avaliação não pode estar dissociada da formulação dos objetivos. Eles devem estar juntos, formando uma perfeita conexão entre objetivos, métodos e avaliação;

b) A avaliação deve ser constante e caminhar simultaneamente com o ensino;

c) Deve haver um planejamento racional, condição indispensável para o seu bom êxito;

d) Deve corresponder ao mesmo nível, isto é, deve ser do mesmo grau do ensino e devidamente dosada;

e) A avaliação jamais deve ser tomada como um "acerto de contas" entre professor e aluno.

A avaliação não deve ser entendida e imposta como portas, obstáculos ou barreiras, vedando

indistintamente o acesso ou sua transposição. Pelo contrário, ela deve ser bastante suave, a ponto de poder ser comparada a um rio caudaloso, que vai deslizando plácido e suave, recebendo novos mananciais através de seus afluentes e distribuindo a vida por onde passa: saciando a sede e fornecendo o alimento.

Bibliografia

01. BLOOM, Benjamin S. et alii. **Taxiconomia de objetivos educacionais**. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.
02. _____. **Manual de avaliação formativa e somática do aprendizado escolar**. São Paulo: Pioneira, 1983.
03. BORDENAVE, J. D. et PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1977.
04. BRADFIELD, J. M. et MOREDOCK, H. S. **Medidas e testes em educação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
05. ECHENIQUE, Vera Lúcia. **Avaliação da aprendizagem**. Londrina: UEL, s.d. (Datilografado).
06. FONTANIVE, Nilma Santos. **“Elaboração de itens de teste para os objetivos de um curso”**, in: Sistema de Treinamento Didático de Professores Universitários (PADES). Rio de Janeiro: NUTES/CLATES, s/d.
07. LAFOURCADE, P. D. **Planejamento e avaliação do ensino: teoria e prática da avaliação do aprendizado**. São Paulo: IBRASA, 1980.
08. LINDEMAN, Richard H. **Medidas educacionais**. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.
09. NOLL, Victor H. **Introdução às medidas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1975.
10. POPHAN, W. J. **Como avaliar o ensino**. Porto Alegre: Globo, 1976.
11. SAWREY, J. M. et TECFORD, C. W. **Medidas educacionais**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
12. TURRA, Clodia M. Godoy et alii. **Planejamento de ensino e avaliação**. Porto Alegre: PUC/EMMA, 1975.
13. VIANNA, Heraldo Marelim. **Introdução à avaliação educacional**. São Paulo: IBRASA, 1989.